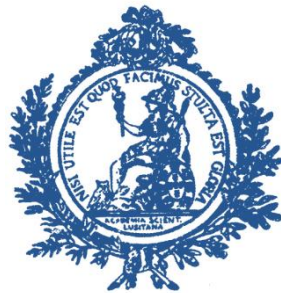


Nicolau Vasconcelos Raposo

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR ÉMILE PLANCHARD



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

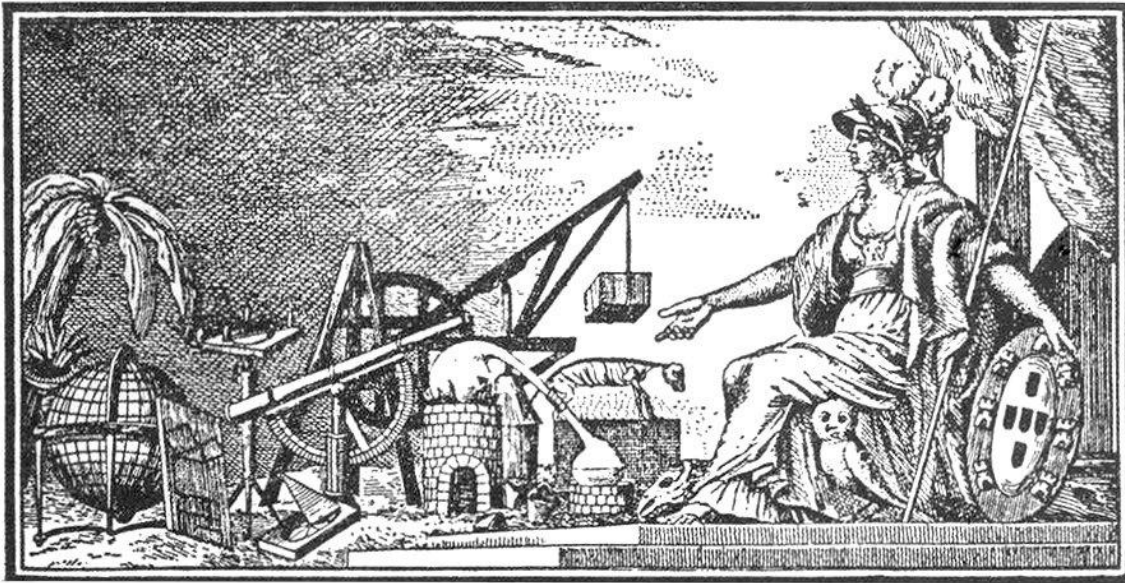
Nicolau Vasconcelos Raposo

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR ÉMILE PLANCHARD



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR ÉMILE PLANCHARD

NICOLAU VASCONCELOS RAPOSO

Na escolha do tema para esta comunicação à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa confluíram duas razões principais:

- em primeiro lugar, evocar a figura e a obra de um dos principais pedagogos contemporâneos, que exerceu uma acentuada influência no nosso País e no estrangeiro através da docência, da investigação e da extensa obra que deixou ao longo de mais de quatro décadas de intenso labor intelectual;
- em seguida, procurar fundamentar a relevância e a pertinência do seu pensamento pedagógico, que, em muitos dos seus aspectos, permanece actual e

é susceptível de fornecer um fecundo quadro de referência para a análise de questões educativas.

A nossa exposição iniciar-se-á com uma breve referência à formação académica de Émile Planchard, nascido, em 1905, na província belga do Luxemburgo, região com confrontações com a França, a Alemanha e o Grão - Ducado do Luxemburgo, “na confluência das culturas românica e germânica”.

Concluída a escolaridade secundária, obteve o diploma de “instituteur” (professor do ensino primário) após o que se matriculou na Universidade Católica de Lovaina, na qual, em 1923, tinha sido criada a *École de Pédagogie et de Psychologie Appliquée à l'Éducation*¹.

Nesta instituição, obteve, em 1927, o grau de licenciado em Ciências Pedagógicas e, dois anos depois, o de doutor no mesmo ramo de conhecimento, ambos com elevada classificação.

A sua dissertação de doutoramento, intitulada *Étude expérimentale, critique et comparative des échelles de Binet - Simon et Vermeylen*, orientada pelo Prof. Fauville, reflectia já uma orientação decisiva do seu pensamento para o rigor científico e para o recurso ao método experimental.

Naquela Universidade, frequentou, ainda, o Instituto Superior de Filosofia, tendo concluído o plano de estudos correspondente ao bacharelato.

¹ Essa Escola viria a denominar-se, em 1944, *Institut de Psychologie et de Sciences Pédagogiques*. Desde o ano lectivo de 1969/1970, intitula-se *Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation*.

Convém assinalar que o ensino e a investigação em Psicologia e em Pedagogia tiveram um impulso notável na Universidade de Lovaina desde finais do século XIX. Com efeito, em 1892, o Cardeal Mercier organizou naquela Universidade o primeiro laboratório de Psicologia Experimental, tendo sido entregue o ensino desta disciplina ao Prof. Thiery.

A Escola de Pedagogia e de Psicologia Aplicada à Educação foi organizada pelo Prof. Michotte com o apoio do Cardeal Mercier. Além daquele professor e investigador de grande mérito no domínio da Psicologia Experimental, foram Mestres de prestígio daquela instituição, na fase da sua fundação, os Professores Buyse e Fauville, entre outros.

A sua actividade docente no seu país natal repartiu-se por diversas instituições de formação, como a Escola Normal de Carlsbourg e o Instituto Superior de Engenharia de Pierrard – Virton.

Data do ano lectivo de 1937/1938 o início da actividade docente e de investigação de Émile Planchard na Universidade de Coimbra, para a qual tinha sido convidado na sequência de solicitação dirigida pelo Governo português à Fundação Universitária da Bélgica.

Foi na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que Émile Planchard desenvolveu, durante quase quarenta anos (de 1937 a 1975) a sua fecunda actividade docente e de investigação, tendo assegurado a regência das disciplinas de Pedagogia e Didáctica e de Psicologia Escolar e Medidas Mentais, as quais estavam incluídas no plano de estudos do Curso de Ciências Pedagógicas instituído pela reforma das Faculdades de Letras de 1930.

A sua profícua actividade docente na Universidade de Coimbra só foi interrompida durante o ano lectivo de 1955/1956, no decurso do qual, e com a categoria de professor catedrático, ensinou no *Institut de Psychologie et de Sciences Pédagogiques*, no qual, como já referimos, tinha completado a sua formação académica.

Émile Planchard regeu, também, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, as disciplinas de formação psicopedagógica inseridas, na sequência da reforma das Faculdades de Ciências de 1971, no plano de estudos do Ramo Educacional.

No último ano da sua carreira – 1974/1975 – assegurou, na Faculdade de Letras de Coimbra, as unidades curriculares de Psicologia Diferencial e de Introdução às Ciências da Educação, que eram oferecidas, como optativas, aos alunos da licenciatura em Filosofia.

A sólida formação científica conferida na Universidade de Lovaina, por um lado, e uma decidida vocação de investigador, por outro, confluíram para possibilitar a Émile Planchard a produção de uma extensa e valiosa obra, que se torna difícil enumerar,

visto que, entre 1930 e 1974, contava com 498 títulos² e que, a partir da sua jubilação, em 1975, foi acrescentada com mais três livros originais, duas traduções e duas reedições de obras anteriores.

Das quase cinco centenas de títulos que comportava a sua obra, em 1974, 143 eram relativos a livros e a artigos. Regista-se que, mais do que a extensão, é a qualidade científica o atributo mais notável da obra do Prof. Émile Planchard.

A vastidão e a diversidade da obra produzida implicam um esforço de selecção, que irá convergir nas obras que, de forma mais expressiva, espelham o pensamento pedagógico do professor das Universidades de Coimbra e de Lovaina, ou seja, *A pedagogia escolar contemporânea, Introdução à pedagogia e A investigação pedagógica. Objecto, métodos, resultados*.

Antes porém, destaquemos que as principais obras do Prof. Planchard, além das diversas edições em Português, foram traduzidas em Francês, Espanhol, Italiano e, em dois casos – *A investigação pedagógica e Introdução à pedagogia* –, também em Romeno.

Esclarecemos que, no tocante ao pensamento pedagógico de Émile Planchard, optámos por referir os aspectos essenciais que o caracterizam, designadamente a natureza da Pedagogia e o seu objecto, os níveis que comporta, a autonomia da Ciência Pedagógica.

Tendo a que é geralmente, considerada como a sua obra principal – *A pedagogia contemporânea* (título adoptado a partir da 6ª edição) – como objectivo “indicar e caracterizar as componentes da pedagogia em geral, na sua completa unidade, estudar os fundamentos da acção educativa e docente e ilustrar as várias aplicações da teoria” (p. 3),³ decorre, liminarmente, dessa intenção, a necessidade de proceder à delimitação sistemático – conceitual da Pedagogia, já que este lexema tem sido marcado por exprimir “um conteúdo muito vasto e geralmente bastante confuso” (p. 17). Além do mais – e à semelhança do que acontece com outros lexemas –, o termo Pedagogia caracteriza-se por uma acentuada polissemia.

² A lista das publicações do Prof. Planchard, no período que medeia entre 1930 e 1974, pode ler-se no volume *Publicações dos Professores da Faculdade de Letras*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974, p. 358 – 397.

³ As citações serão feitas com base na 8ª edição, publicada em 1982.

Embora reconhecendo que “a pedagogia, na sua essência, é constituída por um conjunto de materiais colhidos de diversas ciências” (p. 20), os quais, “submetidos às exigências dos problemas educativos, adquirem um novo aspecto e uma significação especial”, não deixou de reconhecer que a unidade daquela disciplina é garantida pela “intenção dominante e por uma utilização correspondente” (p. 20).

Aponta a educação como objecto da Pedagogia, definindo aquele conceito como uma “*actividade sistemática, exercida pelos adultos nas crianças e nos adolescentes, principalmente, em vista a prepará-los para a vida que terão e poderão viver num determinado meio*”. (p. 28).

A definição de educação formulada por Émile Planchard aproxima-se da que, décadas antes, tinha sido apresentada por Émile Durkheim na sua obra *Éducation et sociologie*. Para o sociólogo francês, a finalidade da educação consiste em “suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe são exigidos pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial ao qual a criança é particularmente destinada”. (citado da edição de 1966, p. 51).

A propósito do emprego da designação Pedagogia ou Ciência Pedagógica, e não da de Ciências da Educação, o mesmo evita, como sublinha A. Estrela no seu estudo *Pedagogia, Ciência da Educação?* (1992), equívocos no emprego da segunda designação, resultantes da falta de elucidação da problemática que a expressão comporta e “da sua vulgarização enquanto substituto do termo Pedagogia” (*ibidem*, p. 12).

No que nos concerne, o emprego, para a designação de ramos da ciência, de expressões no plural, é susceptível de comportar ambiguidades conceptuais e terminológicas e de conduzir à diluição do objecto referencial do domínio científico que se pretende, precisamente, delimitar.

Retomando o pensamento de Émile Planchard, mencionemos que encarou a pedagogia, em sentido amplo, como “ciência descritiva, teoria normativa [e] realização prática”, apontando-lhe, assim, três níveis essenciais de análise – o descritivo e especulativo, correspondente ao real (*o que é*), o normativo, associado ao ideal (*o que deve ser*) e o prático, que remete para *o que se faz* (o factual ou actual).

Longe de se excluírem, ou de impedirem uma justificada especialização de funções por parte dos pedagogos, os níveis acabados de mencionar interpenetram-se, visto que a pedagogia estuda “os dados concretos e as concepções filosófico – religiosas relacionadas com a educação, deduz [...]desta base um conjunto de princípios orientadores, aplica-os, converte-os em eficiência educativa” (*ibidem*, p. 21-22).

Importa referir que, distanciando-se de uma cosmovisão positivista da educação, Émile Planchard defende claramente a existência de valores em educação, já que a acção pedagógica tem por base uma concepção da vida humana, que “está em relação com as ideias adoptadas quanto à natureza profunda do homem e do seu destino”. (*ibidem*, p. 45). Não nega a existência de uma pedagogia técnica, como referiremos mais adiante, mas o seu pensamento pedagógico é orientado pela convicção profunda de que o homem, no seu comportamento, se “fixa um ideal e, conseqüentemente, organiza as actividades que o orientam para esse ideal”. (*ibidem*, p. 45).

Atento à diversidade e, mais do que isso, à divergência entre as concepções ou ideais educativos, Émile Planchard analisa, criticamente, algumas das principais filosofias da educação contemporâneas, como o naturalismo, o sociologismo e o nacionalismo. Neste sentido, após caracterizar, sinteticamente, estas concepções, censura-as, quer em função dos pressupostos em que se apoiam, quer pelos efeitos que têm no plano educativo. Assim – e para exemplificar com o sociologismo e com o nacionalismo –, a primeira doutrina privilegia a comunidade em relação ao indivíduo, que só adquire valor porque na mesma se encontra integrado. É a sociedade que constitui a base da língua, da moral, da ciência, ou seja, de tudo o que é susceptível de valorizar a humanidade.

Quanto ao nacionalismo, postula, como se sabe, a supremacia da Nação e do Estado sobre a personalidade, sendo aquela que “confere ao homem o seu valor” (*ibidem*, p. 50).

No que toca às consequências das supramencionadas concepções sobre a educação, o sociologismo visa como finalidade essencial a socialização do indivíduo, cabendo à comunidade “fixar as normas e o nível da educação”. Não obstante considerar as relações que a educação mantém com a sociedade, o Prof. Planchard dirigiu uma forte crítica às posições extremistas da corrente sociologista, entre as quais incluiu o “sociologismo reaccionário” de Maurras.

Em obra mais recente – *Da democracia e dos socialismos em Portugal e além fronteiras* –, Émile Planchard volta a referir-se ao sociologismo como “uma filosofia social radical, em que o indivíduo é sacrificado à sociedade, em que o homem é homem porque social e não social porque homem”. No entanto, não atribui esta posição a todos os filósofos sociais, mas apenas aos “teóricos do marxismo integral”⁴.

Relativamente aos efeitos das posições nacionalistas em matéria educativa, são objecto de crítica contundente autores como E. Krieck, na Alemanha nazi, e G. Gentile, na Itália sob o regime fascista.

Os efeitos do hipernacionalismo na Alemanha, ao nível do ensino, traduziram-se, como é sobejamente conhecido e mencionado pelo Autor, na intromissão do Estado no ensino, como em todos os domínios, na exclusão dos não – arianos dos quadros do ensino, no desenvolvimento de “tendências imperialistas”, para mencionar tão – só alguns dos aspectos mais sinistros da ideologia nacional – socialista.

Em Itália, concepções hipernacionalistas reflectiram-se na obra de Gentile, que inspirou a reforma escolar de 1923.

A crítica dirigida às concepções supramencionadas não significa que Émile Planchard rejeite que a educação não seja natural, não tenha em conta a sociedade, nem a

⁴ Note-se que o sociologismo foi objecto de uma expressiva rejeição por parte de A. Ferrière no prefácio à obra de H. Bouchet *L’individualisation de l’enseignement: L’individualité des enfants et son rôle dans l’éducation*. Com efeito, aquele destacado representante do Movimento da Escola Nova escreveu que “o que ele [Bouchet] visa, ..., e teve o cuidado de nos prevenir, não é a sociologia concebida como ciência, mas sim o *sociologismo*, quer dizer, a sociologia ao serviço das paixões humanas colectivas. Foi este último que ele condenou em nome deste único e suficiente princípio: Respeito da individualidade da criança no que ela tem de são e de construtivo”.

identidade nacional. Pretendeu, sim, condenar o exclusivismo e o extremismo manifestos no naturalismo, no sociologismo e no nacionalismo. Numa fórmula feliz, escreveu que “uma educação pode e deve ser *natural* sem ser por isso naturalista, pode e deve ser *social* sem ser sociológica, *nacional* sem ser nacionalista ...” (*ibidem*, p. 57).

Recusadas as concepções educativas acabadas de referir, E. Planchard contrapõe-lhes os princípios fundamentais da sua filosofia pedagógica, de nítida inspiração cristã e democrática.

Os princípios da pedagogia cristã são expostos pelo Prof. Planchard a partir da referência a documentos pontifícios e ao contributo proveniente do Concílio Vaticano II.

A este respeito – e em função do lugar atribuído na documentação proveniente do Concílio às transformações científicas e sociais no mundo contemporâneo, bem como aos progressos da Psicologia –, aceita a conciliação entre uma pedagogia perene católica e a evolução do mundo moderno, já que aquela é perfeitamente compatível, como afirma (*ibidem*, p. 53), com “aspectos e métodos novos, requeridos pelas épocas sucessivas e os lugares onde é posta em acção”.

Concretizando a filosofia pedagógica a que adere Planchard, refiramos que os princípios que a orientam são os seguintes – igualdade de dignidade de natureza dos homens, igualdade de direitos, que lhes confira a “possibilidade legal de realizarem tudo o que o respectivo valor lhes permita”, sem impedimentos, nem favoritismos em proveito de quem não tenha idêntico valor, assegurar a cada humano idênticas oportunidades, considerando apenas o valor de cada pessoa, sem distinções de classe, de raça, de riqueza ou outro factor de discriminação.

O lugar conferido por Émile Planchard à filosofia pedagógica não o fez perder de vista a necessidade de atender à técnica e à prática educativas.

Assim, defende que não existe incompatibilidade entre pedagogia técnica, orientada para o estudo dos meios e procedimentos utilizados em educação, e pedagogia teleológica, que discute os fins últimos da educação.

Para ser autêntica e completa, a Pedagogia deve, necessariamente, comportar as duas dimensões, sendo infundada, quer a posição de reduzir a Pedagogia a uma simples técnica, esquecendo a análise das questões de natureza filosófica postas à educação, quer a de negar a validade da pedagogia científica e técnica.

Além dos aspectos acima referidos, dois outros exigem a nossa atenção na análise do pensamento pedagógico do Prof. Planchard: a autonomia da Pedagogia e a unidade funcional do educando.

Quanto ao primeiro, Émile Planchard defende que a autonomia da Pedagogia resulta da unidade interna que possui, visto que, mesmo recorrendo a elementos ou materiais provenientes de diversas ciências, como já referimos, a intenção dominante e a utilização correspondente dos mesmos lhe confere autonomia.

No que toca à unidade funcional do sujeito da educação, principalmente da criança e do adolescente, a mesma é defendida por Émile Planchard, que a contrapõe a uma perspectiva atomística, que isola “arbitrariamente faculdades ou factos que não têm independência real na vida” (*Introdução à pedagogia*, 31979, p. 47). O que significa que a perspectiva psicopedagógica, indispensável a uma acção educativa bem sucedida, deve caracterizar-se por ser “uma psicologia unitária, holística, uma *psicologia da pessoa*”. (*ibidem*, p. 47).

Além da teoria pedagógica de Émile Planchard, é indispensável analisar a contribuição que deu para a investigação pedagógica, prosseguida através de diversos estudos, nomeadamente em artigos insertos em revistas nacionais e estrangeiras, sendo de salientar, quanto às primeiras, na *Revista Portuguesa de Pedagogia*, de que foi fundador e primeiro Director (desde o primeiro volume, publicado em 1960, até à data da sua jubilação) e, principalmente, na obra *A investigação pedagógica. Objecto, método, resultados*⁵.

Relativamente aos artigos, focam temas de relevância educativa, como se pode inferir, em rápida enumeração, dos respectivos títulos:

⁵ A quarta edição desta obra, revista e aumentada, apresenta uma ligeira modificação no título – *A investigação em pedagogia* – “por ser mais explícita e por melhor marcar, logo de início, a extensão do campo explorado e a variedade dos modos de pesquisa que não são todos exclusivos do domínio pedagógico”, como esclarece no final do prefácio

- “A organização científica da escola” (1960);
- “O manual escolar, instrumento didáctico” (1961);
- “A experimentação pedagógica e a escola” (1962);
- “Exigências e limites da orientação escolar e profissional” (1971);
- “Alguns postulados e aspectos da democratização do ensino” (1974).

No que toca a outras obras, para além das já mencionadas, registemos as seguintes:

- *Études de pédagogie universitaire* vol. I (1956);
- *Estudos de pedagogia* vol. II (1970).

Em ambas, são analisados temas de incidência na área da pedagogia universitária, como indiciam, entre outros, os seguintes títulos: *La culture générale chez les étudiants, Investigation et enseignement* (vol. I), e *Problemas de selecção e de orientação no limiar da Universidade e Os exames no ensino superior* (vol. II).

Quanto à obra *A investigação pedagógica*, considerada por Tobie Jonckere como “uma das dez melhores obras de pedagogia experimental de língua francesa escritas durante a primeira metade do século XX”, obedeceu à intenção principal de esclarecer o objecto da disciplina, que incide, genericamente, no “estudo científico dos problemas pedagógicos” (1974, p. 21), ou que, em formulação mais precisa, define como “controlo científico dos factos pedagógicos como tais” (*ibidem*, p. 40).

Com uma clara e fundamentada sistematização, analisa questões fundamentais, entre as quais a evolução e o conteúdo da pedagogia experimental, a legitimidade da experimentação em pedagogia, as modalidades da investigação pedagógica, os limites morais e as dificuldades técnicas postos ao emprego dos métodos experimentais ao nível pedagógico, o desenvolvimento da pedagogia experimental em países europeus e nos Estados Unidos e o estudo experimental e didáctico das matérias escolares.

Procurando justificar a finalidade da pedagogia experimental e a contribuição que tem fornecido para a melhoria da prática escolar, demonstra o paralelismo existente entre a

evolução da pedagogia e o progresso geral das ciências da natureza, associa as origens da pedagogia experimental, no fim do século XIX, ao desenvolvimento dos primeiros laboratórios de psicologia experimental, invoca o facto de que o sucesso dos princípios de normalização e de racionalização no domínio industrial concorreu, também, para a sua transposição para o domínio educativo.

Destacando a relevância dos métodos em pedagogia, acentua que o respectivo aperfeiçoamento tem contribuído para aumentar a objectividade da medição e para “analisar com a maior precisão possível as funções ou situações medidas” (*ibidem*, p. 32).

Relativamente aos testes, encara-os como instrumentos e nunca como finalidade da pedagogia experimental, distinguindo, claramente, os dois planos.

A este respeito, é oportuno indicar que foi uma temática também abordada por Émile Planchard nalguns dos seus escritos, nomeadamente na obra *Iniciação à técnica dos testes*, publicada, primeiramente, em Português em 1958 (e reeditada três vezes, a última das quais, em 1982, com o título *Teoria e prática dos testes*) e, posteriormente, em Francês, com o título *Théorie et pratique des tests* (1972).

Com a finalidade primacial de constituir uma introdução ao método dos testes, sobre o qual a vastidão da literatura publicada era susceptível de criar dificuldades aos estudantes e a outros interessados na matéria, trata-se de uma obra notável, que contempla, entre outros temas, a elaboração científica dos testes, os respectivos domínios de aplicação, bem como a classificação geral dos mesmos, terminando com a exposição dos testes escolares ou pedagógicos, que classifica e exemplifica, pormenorizadamente.

Não deixou, por outro lado, de chamar a atenção para os efeitos negativos da vulgarização do método dos testes e para as críticas, de diversa natureza, que lhe têm sido dirigidas.

Ainda no que toca à caracterização da Pedagogia Experimental, recorreu à expressiva formulação de Buyse, de quem foi discípulo em Lovaina, para quem aquela disciplina “é pedológica quanto ao seu fundamento,..., técnica quanto ao seu objecto (não trata

dos problemas dos fins), experimental ou positiva quanto aos seus métodos de trabalho e pragmática ou prática quanto à sua finalidade” (*ibidem*, p. 46).

Adoptando a observação sistemática e a experimentação como quadro geral da pesquisa, caracteriza as principais modalidades de investigação em pedagogia, entre as quais o método histórico, o método genético, os métodos indirectos (questionários, inquéritos, etc.) e os processos clínicos.

As principais noções estatísticas, assim como as normas e unidades empregadas nas medições pedagógicas constituem, também, temas analisados com precisão e clareza na *Investigação em pedagogia*.

A exposição das modalidades de investigação pedagógica permite compreender os critérios de escolha das mesmas, a maior ou menor adequação que apresentem para a análise de questões de incidência escolar, como a aprendizagem de diversas disciplinas, sendo mencionados estudos que ilustram o respectivo emprego⁶.

Uma outra questão merece, igualmente, a atenção de Émile Planchard na obra que estamos a analisar. Trata-se dos limites morais que se colocam ao emprego da experimentação no plano pedagógico. Embora admitindo que a “técnica, em si, não tem carácter moral”, adverte que a mesma “tem de obedecer aos ideais educativos sob pena de levar a actos imorais” (*ibidem*, p. 59). Neste sentido, rejeita o recurso à experimentação se esta implicar uma situação que colida com os princípios morais. Como escreveu (*ibidem*, p. 61), “existem direitos imprescritíveis da pessoa humana, que nenhum pedagogo tem o direito de desprezar”.

Em consonância com os três níveis de análise que encarou na Pedagogia e com o contributo que a Pedagogia Experimental deu para o estudo científico dos problemas pedagógicos, visando a eficiência educativa, a obra do Professor Planchard contemplou, também, a área da planificação educativa através da elaboração do estudo *Fondements d’une planification pédagogique au Portugal*.

Menos conhecida do que as obras anteriormente citadas, correspondeu a respectiva elaboração a uma solicitação do Ministério da Educação Nacional, inserida nos

⁶ Entre os diversos estudos citados, refiram-se os de J. SULBOUT (1965), M. MARGOT (1960), G. MIALARET (1967) e A. DEHANT (1969).

trabalhos preparatórios do Estatuto da Educação Nacional, tarefa empreendida pelo então titular daquela pasta, Prof. Galvão Teles, em 1963.

Tendo como objectivo “estabelecer os fundamentos do planeamento pedagógico em geral e tal como as condições especiais do País o sugerem” (*op. cit.*, p. 45), aquele estudo, editado em 1966, esclarece, à partida, que a organização de um “sistema de educação pública... deve... apoiar-se em *princípios permanentes* e adaptar-se a *factos e a situações mais ou menos mutáveis* no tempo e no espaço” (*ibidem*, p. 47)

No que concerne aos primeiros, terão, necessariamente, em conta as finalidades da educação e a concepção que os agentes educativos formulam sobre a natureza do homem e das relações que mantém com o meio com o qual interage, o que remete para uma teoria dos valores.

Relativamente aos elementos concretos, susceptíveis de variação, os quais condicionam as formas específicas de educação, inclui, nas principais variáveis a considerar, as relativas aos educandos, nomeadamente as de natureza psicológica e as sociais, entre as quais as múltiplas transformações ocorridas no mundo no período posterior à segunda guerra mundial e as implicações que tiveram na eclosão de reformas educativas em vários países europeus.

Entre o que se poderiam considerar as condições indispensáveis à eficácia de uma planificação educativa, regista o equilíbrio que deve existir entre as características – históricas, geográficas, económicas, políticas, entre outras – de cada país, e as tendências gerais, supramencionadas, de alcance europeu e mundial; acentua a necessidade de manter o respeito pela tradição, garantir o presente e preparar o futuro; esclarece que, de forma alguma, a planificação se restringe ao processo da respectiva elaboração e aplicação. Pelo contrário, é indispensável estabelecer a exigência do controlo do respectivo rendimento, mantendo ou alterando o planeamento estabelecido em função dos resultados verificados.

Em conformidade com as bases que considerou indispensáveis para a planificação educativa em Portugal, analisa, sucessivamente, as doutrinais e psicológicas, assim como os imperativos socioeconómicos da educação.

O critério adoptado no desenvolvimento desses pontos fundamentais para um planeamento educativo consistiu em partir das orientações gerais para os aspectos concretos ou de aplicação das mesmas, não deixando, no entanto, de contemplar, consoante, obviamente, a natureza das matérias, o conteúdo respectivo.

Um exemplo ilustrará a pertinência do critério adoptado e as implicações práticas do mesmo decorrentes⁷.

Com efeito, no que toca às bases psicológicas da educação, a ênfase foi colocada no contributo da psicopedagogia, encarada como o “estudo dos factos psicológicos nas suas relações com os problemas pedagógicos”, que permitiu deslocar o eixo da educação do professor para o aluno, autêntica “revolução copernicana na escola”, na célebre expressão de Claparède. Esse contributo concretizou-se na transposição para o plano educativo, principalmente aos níveis pré-escolar e escolar, dos resultados da investigação em Psicologia do Desenvolvimento, especialmente da Psicologia da Infância e da Psicologia da Adolescência. A adopção do critério evolutivo ou genético em educação teve evidentes repercussões na prática escolar quanto à evolução dos interesses dos alunos, às suas aptidões cognitivas para as diversas aprendizagens escolares, ao respectivo nível de desenvolvimento social, etc.

Além do critério evolutivo, Émile Planchard salientou o da unidade funcional do educando, a que já fizemos referência, o que se reflecte na necessidade de o encarar na totalidade, ultrapassando visões atomísticas, redutoras da complexidade do ser humano.

Não deixa de considerar, por outro lado, o critério diferencial e a sua incidência na organização da prática escolar.

De acordo com a finalidade estabelecida para o planeamento educativo que elaborou, apresentou, na parte final do seu estudo, conclusões gerais contendo propostas concretas para os diversos níveis do sistema educativo – da educação pré-primária ao

⁷ A escolha do exemplo relacionado com as bases psicológicas teve em vista evitar uma acentuada descontextualização, relativamente à situação educativa actual, se decidíssemos incluir o das bases doutrinárias, visto que, além das profundas alterações de natureza ideológica e política entre a Constituição de 1933 e a de 1976, a Concordata entre Portugal e a Santa Sé foi, também, objecto de modificações.

ensino superior -, incluindo, também, sugestões para o ensino especial e para a educação permanente.

Algumas das propostas formuladas tiveram execução a curto prazo, como o alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos, com a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que substituiu os 1º e 2º anos do ensino liceal e do ensino técnico.

Outras aguardaram anos para obterem a indispensável concretização. Entre estas, a generalização da educação pré-escolar (designação que corresponde, obviamente, à de educação pré-primária empregue no referido trabalho), a criação de Serviços de Psicologia Escolar ao nível dos ensinos básico e secundário (pelo Decreto-Lei nº 190/91, de 17 de Maio), a revisão do regime de exames no ensino secundário e a introdução de uma avaliação contínua, a sugestão da criação de um órgão com a natureza e funções dos conselhos de turma, a inserção da orientação escolar e profissional ao nível do ensino secundário.

Quanto ao ensino superior, defendeu medidas de democratização, entre as quais de acção social e, no caso das Universidades, de atribuição de ampla autonomia no tocante ao recrutamento do pessoal docente, à administração e organização interna, bem como à tomada de iniciativas de natureza cultural e de investigação.

Propôs, também, a criação de novas licenciaturas, entre as quais em Ciências Sociais, em Estudos Orientais e em – como as designou – Ciências Psicológicas e Pedagógicas. Quanto a estas últimas, só mais de uma década depois, em 1977, viu concretizado um projecto em que muito se empenhou, da criação de uma licenciatura (com a designação de Curso Superior) em Psicologia na Universidade de Coimbra, bem como, pelo mesmo diploma legal (o Decreto 12/77, de 20 de Janeiro) nas Universidades de Lisboa e do Porto e, mais tarde, nas mesmas e noutras Universidades, de licenciaturas em Ciências da Educação.

Recomendou, igualmente, a semestralização do ano lectivo, a revisão do sistema de exames, de forma a conferir-lhe maior validade, o aumento dos trabalhos práticos e outras medidas destinadas a contribuir para o rendimento escolar.

Ficaria incompleta a referência à frutuosa carreira do Professor Planchard se não mencionássemos, ainda, por um lado, a projecção internacional da sua obra e, por outro, o contributo que deu às relações luso – belgas.

Quanto à primeira, é atestada pela ampla difusão que tiveram as edições das suas principais obras, principalmente em Espanha, França, Bélgica e outros países europeus; pela circunstância de ter pertencido a diversas sociedades científicas de reconhecido prestígio, como a *Association Internationale de Pédagogie Expérimentale de Langue Française* e a *Standing Conference on Studies in Education* e, também, pelas conferências que pronunciou em prestigiadas Universidades europeias e sul – americanas.

Relativamente às relações luso – belgas, promoveu diversas iniciativas culturais em Coimbra sobre o seu país natal e contribuiu decisivamente para o intercâmbio entre os dois Países e entre as Universidades – Coimbra e Lovaina – que tanto prestigiou.

Em síntese, pela docência, pela investigação, pela publicação de numerosas obras de qualidade sobre Educação, pelas propostas que apresentou para indispensáveis reformas educativas a empreender no nosso País, Émile Planchard merece figurar entre os que deixam o seu nome para sempre ligado ao desenvolvimento da Psicologia e das Ciências da Educação em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- BOUCHET, H. (1948). *L'individualisation de l'enseignement: L'individualité des enfants et son rôle dans l'éducation*. Paris : PUF.
- DEHANT, A. (1969). *Étude expérimentale des méthodes d'apprentissage de la lecture*. Louvain : Librairie Universitaire.
- DURKHEIM, Ém. (1966). *Éducation et sociologie*, Paris : PUF.
- ESTRELA, A. (1992). *Pedagogia, Ciência da Educação?* Porto: Porto Editora.
- FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1974). *Publicações dos Professores da Faculdade de Letras*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- MARGOT, M. (1960). *L'école opérante. Psychopédagogie de l'élaboration mathématique*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- MIALARET, G. (1967). *L'apprentissage des mathématiques*. Bruxelles : Dessart.
- PLANCHARD (Ém.) (1982). *A pedagogia contemporânea*. Coimbra: Coimbra Editora.
- PLANCHARD (Ém.) (1974). *A investigação em pedagogia. Objecto, métodos, resultados*. Coimbra: Arménio Amado.
- PLANCHARD (Ém.) (1979). *Introdução à pedagogia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- PLANCHARD (Ém.) (1982). *Teoria e prática dos testes*. Coimbra: Coimbra Editora.
- PLANCHARD (Ém.) (1966). *Fondements d'une planification pédagogique au Portugal*. Lisboa : Ministério da Educação Nacional.
- PLANCHARD (Ém.) (1977). *Da democracia e dos socialismos em Portugal e além fronteiras*. Coimbra: Almedina.
- PLANCHARD (Ém.) (1960). A organização científica da escola. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1, 35 – 71.

-
- PLANCHARD (Ém.) (1961). O manual escolar, instrumento didático. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, 371 – 396.
- PLANCHARD (Ém.) (1962). A experimentação pedagógica e a escola. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 1, 1 – 33.
- PLANCHARD (Ém.) (1971). Exigências e limites da orientação escolar e profissional. *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Nova Série). V, 3 – 38.
- PLANCHARD (Ém.) (1974). Alguns postulados e aspectos da democratização do ensino. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, VIII, 195 –234.
- PLANCHARD (Ém.) (1956). *Études de pédagogie universitaire*. Vol I. Coimbra : Acta Universitatis Conimbricensis.
- PLANCHARD (Ém.) (1970). *Estudos de pedagogia*. Vol. II. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis.
- SULBOUT, J. (1965). *La nouvelle pédagogie des mathématiques. Recherches expérimentales*. Louvain : Vander.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 27 de Novembro de 2008)